

Pais vão ao Juizado pedir matrículas para os filhos

Foto de Ricardo Mello

A falta de vagas nas escolas da rede pública, agravada pela procura de alunos que deixaram a escola particular, levou muita gente ontem ao Juizado de Menores, na tentativa de obter um documento que obrigasse as escolas públicas a aceitar a matrícula de seus filhos. Mas muitas mães que aguardavam para falar com o juiz da 1ª Vara de Menores, Liborni Siqueira, não poderiam ser beneficiadas pela ordem judicial por morarem na Baixada Fluminense.

Liborni Siqueira é juiz de menores do município do Rio e sua determinação de garantir vaga nas escolas públicas só atingem os colégios municipais da 1^a à 4^a série do primeiro grau. Cinco das pessoas que esperavam pelo juiz ontem, ao meio-dia, eram da Baixada. Havia também mães querendo vagas para o pré-escolar e a 6^a série do primeiro grau. Embora esteja fora de sua jurisdição, Liborni disse que daria ofícios aos moradores da Baixada, aconselhando-os a procurar os juízes de menores de seus municípios.

— Na verdade, o ofício do Juizado é um “pistolão” para os pobres. O pai de classe média vai ao diretor do colégio, exige vaga, condições de ensino, fala mais alto. Mas as pessoas mais humildes não têm o hábito de discutir com os diretores. No ano passado, todos os 800 alunos encaminhados pelo Juizado aqui no Rio



No Juizado de Menores, as mães aguardam para serem atendidas pelo juiz

foram matriculados. Espero que os diretores das escolas continuem cumprindo o mandado judicial. Já o pessoal da Baixada levará apenas um ofício recomendando a matrícula, sem força legal — disse.

Os moradores da Baixada souberam da determinação judicial por uma emissora de rádio evangélica. A diarista Maria Virgínia Freire faltou ao serviço para tentar matricular o filho Alex, de 10 anos, na 3^a série de uma escola pública em Raiz da Serra,

distrito de Caxias. O menino estudava no Colégio Vicentinho, mas há um ano só tem duas horas diárias de aula particular, já que os pais não têm como pagar mensalidades de Cr\$ 10 mil, além de Cr\$ 7 mil de condução para a escola.

— Na escola pública onde procurei matrículá-lo, a professora me aconselhou a deixá-lo mais um ano com a explicadora particular, que cobra Cr\$ 5 mil por mês, mas nem isso posso pagar — disse Maria Virgínia.